

Conversão da dívida entusiasma entidades ambientais

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — A conversão de parte da dívida externa brasileira em projetos para a preservação do meio ambiente, principalmente na Amazônia — proposta endossada pelo presidente Fernando Collor de Mello ao anunciar o pacote ecológico do governo no Dia Mundial do Meio Ambiente em pleno Pantanal Mato-Grossense — empolgou entidades governamentais, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e não-governamentais, como a Fundação Pro-Natureza (Funatura), que desde o governo José Sarney defendiam essa tese.

A presidente da Funatura, Maria Tereza Pádua, por exemplo, ainda ontem

anunciou que já tem prontos seis projetos ambientais que podem ser viabilizados através da conversão da dívida externa. O maior deles será a implantação, com a compra de terras, do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, em Minas Gerais, numa área de 84 mil hectares. Esse projeto exige investimentos de US\$ 9 milhões e seria executado em cinco anos. "Sou plenamente favorável a conversão de parte da dívida externa em projetos ambientais", afirmou Maria Tereza Pádua. "Nossos parques nacionais estão totalmente abandonados e precisam receber maiores cuidados", acrescentou.

Além do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, a Funatura já apresentou projetos a entidades não-governamentais

do exterior para implantar o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, criar 20 santuários de vida silvestre em fazendas particulares, promover o fortalecimento institucional da própria Funatura e de mais quatro associações para a preservação do meio ambiente do Centro-Oeste e, ainda, um projeto para a educação e conscientização ecológica em cooperativas e agrovilas. Todos esses projetos da Funatura poderão ser viabilizados com apenas US\$ 25 milhões, num período de cinco anos.

"Imaginar que se pode converter US\$ 10 bilhões em projetos ambientais é um sonho. Isso não existe", disse Maria Tereza Pádua, que acredita ser possível converter no máximo 5% da dívida ex-

terna brasileira num prazo de 10 a 20 anos. "Os projetos ambientais bancados com recursos oriundos da conversão da dívida externa seriam um alívio para todos os que trabalham na área ambiental brasileira", afirma, por seu turno, o ecólogo Ângelo Santos, coordenador da área de cooperação internacional do Inpa.

Ângelo Santos também revela que a conversão de US\$ 1 bilhão da dívida externa em projetos ambientais já seria um exagero. "Não conseguiríamos utilizar tantos recursos em tão pouco tempo", assegurou. Para dar uma ideia do montante de recursos necessário para um bom projeto ambiental, Santos citou o caso da expedição conjunta entre a Ro-

yal Geographical Society, da Inglaterra, e o Inpa, na Ilha do Maraca, em Roraima, onde durante um ano foi realizado um completo levantamento da flora e fauna de uma das mais perfeitas estações ecológicas brasileiras. "Todo o projeto foi bancado com US\$ 600 mil", recorda.

O Inpa, atualmente, vem desenvolvendo vários projetos de preservação ambiental bancados graças a convênios firmados com entidades internacionais, num investimento anual de US\$ 2,5 milhões. "Se conseguíssemos US\$ 10 milhões de conversão da dívida para projetos ecológicos já seria formidável", entusiasma-se Ângelo Santos. "Um bom projeto do Inpa, bem estruturado, pode ser concluído com US\$ 300 mil", acrescentou o ecólogo.

Também no exterior, o anúncio do presidente Collor de Mello de que o Brasil está aberto à conversão de parte da dívida externa em projetos ambientais foi bem recebido. O ecólogo Thomas Lovejoy, do Smithsonian Institute, por exemplo, já manifestou seu desejo de acertar projetos ambientais com entidades não governamentais brasileiras. Outras instituições não-governamentais como a World Wide Fund for Nature (Fundação Internacional para a Natureza) e a International Conservation também se mostram dispostas a aplicar nesse filão aberto pelo governo, aplicando recursos oriundos da dívida externa em projetos de preservação do meio ambiente no Brasil.